

O esteio desejoso do ensaio

Edmon Neto de Oliveira¹

Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF)

edmoneto@hotmail.com

Resumo: Este texto é uma defesa do uso do gênero ensaio em pesquisas acadêmicas de literatura e outras artes. Em primeiro lugar, faz-se uma exposição das condições de emergência desse tipo de escrita no século XVII e da sua herança nos séculos seguintes. Em segundo lugar, pensa-se o ensaio a partir da virada pós-estruturalista na segunda metade do século XX e como tal gênero pode ser um modo de conceber, hoje, novos horizontes para os estudos literários, tendo em vista a possibilidade de escritas ao mesmo tempo inventivas e cientificamente rigorosas. Assim, a discussão é legitimada por meio do apelo a pensadores como Espinosa, Nietzsche, Foucault, Barthes, Deleuze e Agamben.

Palavras-chave: Ensaio; Desejo; Afeto.

Abstract: This text is a defense of the usage of the essay genre in academic research of literature and other arts. Primarily, an exposition is made about the rising conditions of this type of writing in the seventeenth century and its legacy in the following centuries. Secondly, the genre is thought through the post-structuralist turn in the second half of the twentieth century and how it may be a way of conceiving new horizons for literary studies today, given the possibility of being written both in an inventive and scientifically rigorous way. Thus, the discussion is legitimized through thinkers such as Espinosa, Nietzsche, Foucault, Barthes, Deleuze and Agamben.

Keywords: Essay; Desire; Affection.

Recebido em: 27/04/19

Aceito em: 07/09/19

¹ Doutor em Letras (Estudos literários) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Professor do Mestrado em Literatura Brasileira no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF).

Infeliz, talvez, seja o homem, mas feliz é o artista a quem o desejo dilacera!

Baudelaire

O ensaio é um gênero amalgamar que nasce em Montaigne como escrita do não especialista. O ensaísta, sabendo-se incapaz de conter toda a vida no interior da qual ele se presta a imergir, contenta-se em criar alguma vida, assim, na indefinição pronominal, certo talvez de que se pode criá-la, contudo, tanto com flexibilidade quanto com rigor.

O ensaio é um modo de escrita capaz de captar a vida no deixar-se fazer, no movimento que vai, volta, se apaga e se amplia, nas ideias que são germes de estruturas sempre a se deixarem descobrir e que, por isso mesmo, se ramificam, arbórea ou rizomaticamente, em caminhos sempre desconhecidos. Conforme sinalizado por Erich Auerbach no prefácio dos *Ensaio*s, os grandes nomes do Renascimento e do Humanismo europeu, teólogos, filósofos, astrônomos, matemáticos ou poetas, todos especialistas, são comparados a Montaigne, que não se especializou em nada, embora retirasse “de todos esses campos e outros mais sua encantadora concretude” (MONTAIGNE, 2010, p. 13).

É verdade que o ensaio é encarado como de difícil definição – e, de fato, o é –, mas, assim como o mestre de Bordeaux dirigia-se a uma nova coletividade na busca por um autoconhecimento, a abertura ensaística desde sempre rompe com um suposto contrato com a ciência tradicional e ganha forças múltiplas quando se permitem vários modos de acessar os elementos da cultura. No caso das ciências humanas e das linguagens, isso se corporifica nos mais diversos textos publicados, como o escrito acerca do “achamento” das índias ocidentais. Percebem-se aí duas novidades respectivamente inauguradas e identificadas por Montaigne: a sua escrita livre e poderosa e a descoberta da cultura antes livre dos canibais brasileiros, preconizada e defendida com inédito vigor em “Sobre os canibais” (MONTAIGNE, 2010, p. 139). Nesse ensaio, ele se afasta das narrativas sobre o Novo Mundo as quais difamam o indígena e o apresentam como bárbaro sem bondade nem civilização. Ao contrário, Montaigne os acolhe sob a forma terna de “meus canibais” e dá uma aula magna de antropologia.

Posteriormente, os “primeiros psicólogos” – como ficaram conhecidos, não sem uma certa imprecisão, os ditos moralistas franceses dos séculos XVII e XVIII, e firmados como espectadores dos outros e de si mesmos – herdaram de Montaigne a linguagem

ensaística, dando prioridade aos aforismos e máximas destinadas ao homem daquela época, por mais que este fosse representado já na incerteza de ser bom ou mau por natureza. Aqueles como La Rochefoucauld, La Bruyère ou Fontenelle, que vieram a ser lidos por Goethe, Schopenhauer ou Nietzsche, deixaram marcas no modo ensaístico de escrita, vinculados no pensamento dos antigos, mas com olhos no futuro. Isso porque criaram com o ensaio um gênero limítrofe entre a ficção e a filosofia e, nesse sentido, faz-se jus à contribuição inexorável da fabulação de La Fontaine. Evoca-se, ainda, toda a contribuição revolucionária da filosofia de Baruch de Espinosa (1979).

Em estudo sobre Albert Camus, Manuel Costa Pinto conclui que os moralistas franceses pertencem a um recorte singular da história do pensamento e da literatura, porque a escrita ensaística dos mais reconhecidos dessa estirpe “são episódios excepcionais de uma forma de pensamento [...] que perde sua homogeneidade a partir do século XVIII” (PINTO, 1998, p. 30). Albert Camus, por sua vez, como sucessor dos moralistas, eleva o ensaio à condição de obra aberta, reestabelece a escrita como lugar de criação e de proximidade com o filosófico, além de prestar-se ao combate do respaldo tácito e erudístico dos filósofos escolásticos (PINTO, 1998, p. 34). Em outro movimento de sua obra, é possível perceber a dificuldade de demarcação de um campo ficcional e não-ficcional, ou seja, “um horizonte da escritura [...] em que cintila um pensamento por imagens e em que ecoam as vozes da ficção” (PINTO, 1998, orelha).

Mas, no decorrer dos séculos, poderia constar uma definição de ensaio que seria retida no *corpus* dos “conceitos ocidentais invioláveis”? Uma restituição literária da fluidez do mundo e da existência, uma oscilação perene, um fragmentarismo cético, como o próprio Montaigne o definiria? Auscultação corpórea da condição humana (Auerbach)? Autoexercício da razão a tornar as coisas inteligíveis (Sílvio Lima)? A revanche das coisas contra as palavras (Jean Lafond)? Uma experiência intelectual enquanto experiência sentimental (Lukács)? Eternização do que é efêmero (Adorno)? Intervalo entre o discurso poético e o discurso filosófico (Costa Lima)? Prosa literária de não-ficção (Alexandre Eulalio)? (PINTO, 1998, p. 35-36). A ressensualização da razão? – opina-se.

Com todas essas tentativas de definição mais ou menos precisas, mais ou menos fugidias, é possível que se chame de ensaísta aquele capaz de produzir vida e de produzir crítica sobre e com a vida, tendo plena consciência desse gesto, ainda que não se possa afirmar que os teóricos e críticos supracitados, em estando em dia com todas as faculdades

da racionalidade e da consciência, teriam plenas condições de definir ou de produzir ensaios, por mais que o tenham feito e contribuído. Ocorre que, a partir da entrada em cena da influência pós-estruturalista francesa – principalmente na segunda metade do século XX – que tem em Roland Barthes o seu gesto fulcral, não é novidade que a cena teórico-crítica é levada a caminhos multicombativos da hegemonia do signo linguístico saussureano, paradigma levado a cabo em estudos de literatura na primeira metade do século XX e a posteriori.

Entende-se que o célebre ensaio “A morte do autor” (1968) é esse gesto, porque traz, como influência, tanto a chamada crise de representatividade advinda do final do século XIX quanto incita caminhos novos para a chamada filosofia da linguagem. Enquanto Proust, Kafka e Mallarmé pensavam em uma nova escrita literária, que rompia com tudo o que vinha sendo produzido na virada do século XIX para o século XX, encarando o texto literário não como um reflexo do mundo ou como referência a algo exterior, o pensamento crítico repensava as relações entre literatura e real, percebendo a necessidade de problematização e de abertura para novas possibilidades e novos conceitos que colocariam em xeque questões como realidade, experiência, autor e linguagem.

Essa crise encontra um direcionamento em estudos como *O livro por vir*, de Blanchot (2005), bem como dialoga com o ensaio “O que é um autor?”, de Michel Foucault (2002). Em um momento de desesperança e distopia, Blanchot une a tradição estética a uma ética. Pensando em um apagamento do autor empírico, Foucault dedica à linguagem um caráter de acontecimento, ao passo que Barthes o pensa em proveito da recepção, ou seja, do leitor. Vale também recomendar a releitura revigorante desse assunto feita por Eurídice Figueiredo (2014).

Mas Barthes, em sua atuação, funde falares e retira das formas de escritura, como a marxista, a psicanalítica ou a linguística, a força de seus escritos, que é atingida pelo desejo. No texto intitulado “Guerra das linguagens” – do conflito entre aquela que diz respeito, que se enuncia e que se desenvolve sob a luz do Poder e aquela que se arma fora ou contra o Poder –, há um roteiro que influencia um engajamento que se refere a escolhas linguísticas, mas sobretudo a uma escolha política e à participação em uma das linguagens particulares a que o nosso mundo e a nossa história nos obrigam.

Inclusive, um engajamento barthesiano é motivador para uma reflexão sobre a forma de lidar com o adoecimento proporcionado pela vida acadêmica no Brasil.

Contemporaneamente, a operação trágica e cruel feita pelas sociedades capitalistas incide sobre os indivíduos na medida em que as engrenagens do sistema os reduzem a uma peça programada por estímulos maquínicos, a fim de que se tornem cada vez mais especializados e ao mesmo tempo versáteis em suas áreas. Essas circunstâncias têm moldado homens adoecidos, de modo que a doença que chega à academia e às universidades públicas brasileiras – um dos poucos ambientes onde se produz ciência e um dos poucos espaços onde circula conhecimento no país – é aquela que ofusca o brilho dos corpos, impedindo que sua potência e seu desejo de afirmação ética, estética e política sejam manifestados (ROLNIK, 1993).

“E no entanto”, diz o recorte, “não podemos renunciar ao gozo, seja ele utópico, de uma linguagem dessituada, desalienada. Temos, então, de segurar com a mesma mão as duas rédeas do *engajamento e do gozo, assumir uma filosofia plural das linguagens*” (BARTHES, 2012, p. 137, grifos nossos). Barthes é ainda mais expletivo quando sugere “dar à linguagem uma dimensão carnavalesca” (BARTHES, 2012, p. 138), proposição que se pode aproveitar para estabelecer, aqui, o que se entende como conhecimento e alegria, vislumbráveis quando partindo de um desejo que viabiliza o princípio criador que se volta para diversas inflexões e está presente inclusive em todo o *Rumor da língua* de forma rigorosa e cintilante. Logo, um ensaio contemporâneo, que se volta para as produções do passado e pensa nas transformações diacrônicas que o levaram a assumir novas posturas diante de uma linguagem voltada para o fora, é marcado pelo afeto. É marcado pelo desejo.

O desejo nos estudos literários – potencializado por alguns – pode ser condenado, simplesmente ignorado pela reatividade moral ou relegado à periferia em proveito da ideia de vontade. Esta pode ser entendida como se fosse fruto do pensamento e da razão, precisasse se realizar, satisfizesse necessidades na luta pela vida, prevalecessem nela as forças da razão e da lógica, fosse firme e direta, dependesse unicamente da própria criatura e do seu querer, como se a vontade fosse diretamente ao alvo, não contaminasse nem levasse a vícios, fosse controlada pelo pensamento, realçasse e fortalecesse o caráter, exigisse força e luta para vencer, pudesse sobrepor-se ao desejo, freando-o, levasse à ponderação e à moderação, se impusesse pela autoridade moral da criatura, exigisse parceria e reciprocidade para se realizar, fosse sempre aferida pelo bom senso e pela

consciência de si mesma, se ajustasse às circunstâncias e objetivos, fosse persistente e exigisse paciência.

O desejo, por sua vez, pode ser visto como se fosse resultado de estímulos dos sentidos e das emoções, precisasse se consumir, satisfizesse caprichos e fantasias, prevalecessem nele as forças do instinto, fosse tênue e indireto. Via de regra, como se o desejo dependesse do consentimento de outras criaturas, se utilizasse de artifícios e artimanhas, levasse aos vícios de conduta, fosse impulsivo e de difícil controle, não fortificasse o caráter, pusesse pouca força na consumação, pudesse ser reprimido pela vontade. No excesso, que o desejo levasse ao egoísmo, usasse a ameaça para tentar quebrar a vontade de outrem. Convencesse através da sedução ou da força. Quando exagerado ou muito forte, levasse a sentimentos insuperáveis e ambições desmedidas, fosse aleatório, inconstante, variável, fosse quase sempre imediatista.

Com todos esses nomes, e todos pejorativos, o desejo é atacado. Com todo esse léxico racionalista e muita retórica, a vontade é defendida pelo senso comum. Porque o desejo, em sua origem latina *desiderium*, que, em uma de suas acepções, está ligado a uma ausência, uma falta, uma privação, uma carência, um desamparo, inclina-se para uma semântica do desconhecimento sobre o destino. Em outra acepção, o desejo se volta para a tomada do próprio destino, uma vontade consciente nascida da deliberação, o que torna o termo pujante e ambíguo, pois ele envolve ação e passividade. Como nos ensina Espinosa (1979), o desejo é a essência do ser humano e, baseado no *conatus* – esforço de perseveração na natureza, esforço de auto conservação, potência de ser, de agir e de existir em que a força interna e indestrutível aproxima corpo e mente de modo unívoco –, esse afeto primário é um acontecimento vital e medida da nossa capacidade de viver.

Por isso, o desejo é capaz de insurgir-se como libertária força, é capaz de insurgir-se como frustração quando atrelado à tristeza, é capaz de insurgir-se como contentamento quando atrelado à alegria e muitas outras combinações de afetos, como no fragmento do poema “A ex-vida”, de Pier Paolo Pasolini:

Assim, ó faminto, ó desejo obscuro,
com um olhar de eras pré-humanas,
expressas tua vida de maníaco.
E tua mania é a vida do mundo.
Tu só queres de mim que corresponda
a teu louco esforço de anular-te,
ignoras a atração deste meu século,

todo descanso, toda paixão aprendida
nos anos de uma vida de si acesa:
pouco te importas se, no tempo, a festas
quase eternas se presta a eternidade! (PASOLINI, 2015, p. 39).

Uma escrita não se constrói apenas pela vontade, mesmo que se possa reconhecer que a vontade ocidental prescindia do desejo e que isso se deva a fatores culturais, sociológicos, políticos, antropológicos ou religiosos. Inclusive, vale lembrar que, em Nietzsche, em um dos seus conceitos mais densos, o de “vontade de potência”, seguramente desenvolvido com pleno esplendor em *Assim falou Zaratustra* (2010), o desejo é o conceito que entremeia não mais a necessidade de se adaptar, como em Darwin (1979), mas a necessidade de se superar. Ali, também, aquele que nos seria Frederico constrói a ideia de vontade muito mais próxima da de desejo, que é problematizado, e muito mais distante da ideia de poder a que Barthes distingue enfaticamente em *Como viver junto* (2003).

Assim, no ensaio, é melhor fruir o texto e o objeto ou deixá-los fugir? Barthes nos diz que pode haver um jogo para que a fruição nos seja possibilitada. Que pode haver um pouco de neurose nos enunciamentos enunciativos e na construção de novas escrituras – pensamentos às vezes ardorosos e não somente fáceis e cristalinos. Que pode haver um pouco de tagarelice que desperte admiração. Como criar para si e para os outros uma ciência da fruição? N’*O prazer do texto* (2010), Barthes reitera esse jogo, por escolha ético-estético-política, e elege o desejo, que, em todas as suas (im)possibilidades, move ainda assim a escritura em matéria dispersa, em vias de ser construída por uma força que em tudo deve ao acaso, sem que dele se possa cobrar nenhuma resposta definitiva.

Com efeito, no anexo “Jovens pesquisadores”, em que se distingue o desejo do discurso da lei, que “quer que a pesquisa se exponha, mas não quer que ela se escreva” (BARTHES, 2012, p. 100), Barthes chega ao ponto decisivo de contestar que o desejo não impede que as regras do jogo científico sejam abaladas. Seria possível, pois, desenvolver um discurso que estivesse amparado pelas nuances acadêmicas e simultaneamente enunciado pela voz da poesia. Este é o ponto do entendimento de que uma pesquisa científica que deva manter determinados parâmetros de conduta e explanação de ideias também possa ser planejada sob os trâmites livres da criação.

Nesse sentido, Félix Guattari e Sueli Rolnik também fundamentam a essência deste texto que aqui se ensaia e reiteram Barthes no que diz respeito a uma “cartografia do

desejo” na vida das sociedades modernas – e isso inclui a maneira por meio da qual muitas pesquisas universitárias são constituídas em função de um modelo que mais afasta a comunidade de seu conhecimento do que coloca à disposição do público aquilo que ele mesmo investiu, sem, às vezes, ter noção desse investimento –, uma vez que

O desejo permeia o campo social, tanto em práticas imediatas quanto em projetos muito ambiciosos. Por não querer me atrapalhar com definições complicadas, eu proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores. Para a modelização dominante – aquilo que eu chamo de “subjetividade capitalística” – essa concepção do desejo é totalmente utópica e anárquica. Para esse modo de pensamento dominante, tudo bem reconhecer que “a vida é muito difícil, que há uma série de contradições e de dificuldades”, mas seu axioma de base é que o desejo só poderia estar radicalmente cortado da realidade e que haveria sempre uma escolha inevitável, entre um princípio de prazer, um princípio de desejo, de um lado, e de outro, um princípio de realidade, um princípio de eficiência no real. A questão consiste em saber se não há uma outra maneira de ver e praticar as coisas, se não há meios de fabricar outras realidades, outros referenciais, que não tenham essa posição castradora em relação ao desejo, a qual lhe atribui toda uma aura de vergonha, toda essa espécie de clima de culpabilização que faz com que o desejo só possa se insinuar, se infiltrar secretamente, sempre vivido na clandestinidade, na impotência e na repressão (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 215-216).

Se o desejo, portanto, inclui vontade, mas uma vontade que está a serviço da vida e da potência criadora capaz de algo novo e ambicioso sem que essa coisa esteja obrigatoriamente presa aos auspícios da tirania da razão, restaria também ao pesquisador universitário, sobretudo ao pesquisador de literatura e de arte, abrir-se sem medo ao que lhe dá, ao mesmo tempo, prazer e senso de realidade, sem que se perca de vista o exercício de cidadania que uma pesquisa universitária – construída por uma parcela ínfima da sociedade brasileira – é capaz de mobilizar no pesquisador e no público ao qual ele pode chegar.

Se a comparação livre for aceita, nem tanto a relação íntima entre os casais apenas pelo cumprimento de um protocolo, nem tanto a prudência hermenêutica e obsessiva dos diagnósticos e respostas cravadas das ciências exatas. Nem tanto a pirotecnia nem tanto a perfídia: o desejo forneceria disposição do ânimo para, quem sabe?, uma utopia barthesiana – essa negação de um “topos”, esse “lugar nenhum” ironicamente construído por Thomas Morus (2004) como uma ilha platonicamente ideal; um caminhar rumo ao horizonte proferido uma vez por Eduardo Galeano (1994): pois conceber o novo é também caminhar e o que realmente importa é o caminhar rumo ao horizonte que nunca

se alcança. Mas, ao mesmo tempo, a caminhada é suficiente para mudar o indivíduo que caminha e, ainda assim, a caminhada fornece experiência necessária para que o indivíduo mude o seu entorno. Ou nada disso, já que, mesmo sabendo que o horizonte não é um lugar alcançável, o caminhar estaria sendo motivado pela ideia de um fim. E o que uma pesquisa literária que se diz criadora ou que se diz ensaística quer é, de um lado, que ela seja vista como instrumento voltado para uma finalidade que se encontra no rol das categorias pragmáticas do funcionalismo acadêmico, mas também, e sobretudo, e ainda que soe ingênuo, que ela seja ao menos lida, que ela chegue a algum possível leitor, que ela acenda, nele, alguma chama.

Já o modelo dito anárquico pela “subjetividade capitalística” à qual se referem Guattari e Suely Rolnik pode ter relações com o desobedecer de um sujeito civil e um sujeito enunciativo, do autor e da máscara, do contemporâneo disposto a provocar o ranger das solas do parasitismo acadêmico cuja fórmula pouco se descola do que de mais corriqueiro e repetitivo há nos tristes trópicos quando se posicionam os holofotes em nossa direção. A subjetividade que encontra na escrita, nas artes, nas drogas, no esporte ou nas mais diversas formas de espiritualidade moderna – sem que tudo isso esteja vinculado aos modismos moderninhos dos bulevares e academias de ginástica – um modo de enfrentar as distopias impostas por mil dispositivos.

Desobedecer é, na ciência que se produz com o apelo ao ensaio, garantir, por exemplo, as condições inacessíveis de uma obra, é poder movimentá-la de tal modo que não se busque a sua interpretação, mas o rapto de suas singularidades potentes e o lançamento de seus estilhaços para a composição de um fractal advindo do caos, emergido do acaso e agenciado pelo desejo. Refere-se, aqui, a uma radical posição do filósofo Giorgio Agamben com respeito ao estatuto científico das ciências humanas modernas, em que sujeito e objeto necessariamente se identificam. O suposto escândalo da afirmação que diz que “uma ciência sem objeto não é um paradoxo jocoso, mas talvez a tarefa mais séria que, em nosso tempo, continua confiada ao pensamento” (AGAMBEN, 2007, p. 11) pode ser entendido como vertiginosa provocação àqueles que não concebem uma abordagem desprendida de uma referência principal, datada e determinada, mas também àqueles que aceitam o árduo desafio de não sucumbirem à tentativa de apreender a obra em sua totalidade, garantindo, ao contrário, as “condições da sua inacessibilidade” (AGAMBEN, 2007, p. 11). A proposição de Agamben, nesse sentido, é tão nobre que

talvez exigisse ferramentas que somente a neurociência pudesse dispor, para todos os fins epistemologicamente práticos.

Eis aí alguma dimensão política do agir. Se para Espinosa é preciso encontrar uma maneira de transformar as paixões passivas em ações, em luta, sempre, contra a tristeza, a política enquanto ação, como sintetizou Hannah Arendt (2008), também é algo que já havíamos aprendido, vale sempre lembrar, com *A ordem do discurso* (1970), em que Foucault diferencia aquele encadeado pelo desejo daquele dominado pelo poder da instituição, na medida em que o último controla as atividades do primeiro a partir de mecanismos coercitivos quase nunca apreensíveis.

Para também desvirtuar o *Vigiar e Punir* (1987) e abrir uma outra brecha, estaríamos nós, pesquisadores universitários e professores de literatura, compondo um núcleo acadêmico recheado de “corpos dóceis”? Pode essa parecer uma pergunta ingênua, mas parece ser um questionamento válido para os nossos tempos. Esse conceito, que já é amplamente conhecido nas rodas dos doutos, pouco, talvez, se o leva em consideração se aplicado ao contexto acadêmico, não obstante carecer de uma releitura por parte de educadores e interessados no saber. A “sociedade disciplinar” foucaultiana soa como um fato no contexto escolar brasileiro, motivo que pode dar conta de diagnosticar e aplicar ações que enfrentem o insucesso educacional frente à vacilante certeza da concepção de disciplina tomada para o ensino básico. Enquanto isso, no ambiente acadêmico-universitário predomina a “corrida armamentista” que alimenta currículos Lattes e revistas de divulgação científica que parecem muitas vezes aferir a influência apenas de nomes e títulos, ao mesmo tempo em que se exige dos pesquisadores um esforço de encarar, reincidentemente, o desmonte da academia, por meio da redução dos investimentos em pesquisa, ensino e extensão. Há, portanto, duas universidades: aquela que precisa se sustentar por meio da produção de conhecimento e precisa ser defendida em tempos sombrios, e há também aquela que produz de modo endógeno e talvez se perca da extensão com a sociedade.

De toda maneira, para o mestre Foucault, repita-se, é preciso “restituir ao discurso o seu caráter de acontecimento” (FOUCAULT, 2012, p. 48), o que abre precedente para, a partir do desejo, deixar que as linguagens interfiram no discurso umas das outras, alimentando-o e tornando-o um discurso outro – sem ser reboque; prenhe de significações – sem ser compartimento; diverso – sem ser falsamente eclético; híbrido – sem ser infértil;

e indistinto entre si – sem ser gênero; mas *escritura* – outra concepção barthesiana voltada para o apagamento do sujeito-que-sabe e para a insurgência de um sujeito que se cria. O acontecimento dar-se-ia na cassação das interdições, das supressões e das fronteiras e limites que tivessem sido dispostos a tolher a proliferação do discurso,

De modo a que sua riqueza fosse aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem fosse organizada segundo figuras que esquivassem o mais incontável; tudo se passa como se tivessem querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da linguagem. Há, sem dúvida, em nossa sociedade [...] uma profunda *logofobia*, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso (FOUCAULT, 2012, p. 47-48, grifo nosso).

A (des)ordem do discurso e a incontável força do enunciado, evitados pela aversão ao *logos* a que Foucault se refere, podem estar ligados à imanência de um acontecimento ainda submerso, que exige, da linguagem dos corpos, um entregar-se para que aquela força seja trazida à tona. O plano de imanência, ligado a uma vida, não a um sujeito singular, mas à produção de singularidades, é o que rege as condições da linguagem que, no entanto, paradoxalmente, necessitaria de uma organização do “inorganizável”. A luta diária. Um corpo diário. A linguagem que se concebe na ordem estrutural ou visível é fruto do caos estabelecido na ordem do invisível ou no plano de imanência, que é “sempre o índice de uma multiplicidade: um acontecimento, uma singularidade, uma vida” (DELEUZE, 2004, p. 163). Quando a produção de singularidades desejanças – tão caras a Deleuze, a Barthes, a Foucault e também a Agamben – faz do acontecimento uma multiplicidade expressa em linguagem, rompem-se as barreiras preestabelecidas pelas convenções dos estratos de Poder e o que se encontra nos entornos desses limites brinca e delira indistintamente.

Nesse sentido, o que se faz com o ensaio seria muito menos a ingênua consideração de um discurso que pudesse ser “descategorizado” em sua totalidade, como se “dessituado” de qualquer ideia de participação em uma das linguagens construídas pela cultura ocidental, do que a tentativa de reconstrução de uma linguagem que é flagrada justamente no momento em que ela está mais vulnerável em seus rótulos técnicos e passível de ser exposta em função das brechas abertas em direção ao ainda desconhecido,

ou pelo menos ao que se consegue imaginar ter alguma coisa de pulsante e vivo. E isso incute na maneira como o ensaio desenvolve a sua narrativa.

Em outra tendência dos estudos contemporâneos, por exemplo, concernentes às identidades múltiplas que se afirmam politicamente, como o ensaio poderia ser pensado, sabendo que os discursos passam pela falsa ideia de liberdade de escrita e de pensamento? Sob o espectro de muitos debates recentes, persiste o falar a partir de onde se foi inserido em uma coletividade, a partir daquilo que vem sendo chamado de “lugar de fala”, mesmo que ligado a uma individualidade que se constrói no mapeamento de características sólidas e bem determinadas e delimitadas, como homem, branco, ocidental, heterossexual e rico. É por isso que o lugar de fala, por assim dizer, parece estar mais atrelado às condições sociais e econômicas, às condições de gênero, raça e sexualidade específicas, construídas historicamente, do que estritamente de um lugar, fazendo com que essa condição seja responsável por reger as relações de poder e de subalternidade entre coletividades múltiplas. O livro *O que é lugar de fala?*, de Djamila Ribeiro (2017), por exemplo, aborda o conceito a partir da perspectiva de obras de feministas negras na intenção de criar uma discussão a partir da multiplicidade de vozes, para além do simplesmente dito “de nicho”, ao mesmo tempo em que faz questão de ligar a sua produção a uma intelectual mulher e negra. As construções históricas, na contramão, exigem do indivíduo um adequar-se a um padrão a fim de forjar um discurso catalisador das normatividades vitais ou protocolares, impostas por dispositivos extracorpóreos que não cessam de coibir, censurar, achatar, reduzir e postergar dissonâncias de todos os matizes da expressividade humana. É por essa razão que os discursos identitários têm sido colocados à prova e em choque com modelos de dominância discursiva, justamente porque eles também representam a diferença, o outro, o estrangeiro, o diferente, o vulnerável, o apedrejável.

Contudo, todos os discursos, de formas distintas, estão sujeitos a coerções variadas. Agamben (2009), agora leitor de Foucault, em conferência proferida no Brasil em setembro de 2005, reconhece que a definição de dispositivo não aparece na obra foucaultiana de maneira definitiva. No entanto, aquele consegue uma aproximação ao termo dispositivo de modo a concebê-lo como uma rede (epistemológica) que, via relação de poder, agencia discursos, instituições, leis, proposições filosóficas etc. Já o leitor Deleuze analisa Foucault pela via do desvio e da crise instaurada pela ação dos

dispositivos que tencionam as relações entre Saber, Poder e Subjetividade (DELEUZE, 1990, p. 155), pensando naquilo que pode ser sedimentado pelo dispositivo ou atualizado por meio da criatividade (DELEUZE, 1990,, p. 161). Isso faz com que tanto Agamben quanto Deleuze façam compreender que, *lato sensu*, dispositivos são forças das quais não se consegue fugir, o que não impede que esse cerceamento de irrupções vitais heterodoxas – o qual age em nome de um quórum de dominância discursiva e, padronizador, macula e aprisiona aquele que não se entrega ao contemporâneo – seja encarado com resignação.

Entregar-se pressupõe esquivar-se, pois, dos movimentos tentaculares que é o trabalho dos dispositivos em qualquer sociedade. No implícito dos tentáculos, residem os afetos insuportáveis. Livrar-se deles nem sempre é possível e é por isso que existe a resistência, que não é estática. O ser humano, que pode ser uma máquina de resistência, é uma performance total e a partir dela constrói seu esteio. Mas o desejo, o sonho e a fantasia é que talvez possam criar uma amizade entre os saberes e os modos de produção artística dentro também da produção acadêmica, rastreando lampejos que iluminem uma perspectiva voltada para os afetos que emanam alegria. Sendo assim, a defesa do ensaio como modo de escrita de pesquisas acadêmicas busca trazer para a discussão da produção artístico-crítico-literária contemporânea um viés que possa, ao mesmo tempo, gerar uma aproximação entre autores e leitores, cientistas da linguagem e estudiosos, universidade e sociedade, assim como contribuir para a discussão sobre os estudos literários enquanto ciência da literatura.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias – a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Tradução Selvino José Assmann. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- ARENDDT, Hannah. *A promessa da política*. Tradução Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: Difel, 2008.
- BARTHES, Roland. *Como viver junto*. Simulações romanescas de alguns espaços cotidianos. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 5-22.

_____. *O prazer do texto*. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *O rumor da língua*. Tradução Mário Laranjeira. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

BAUDELAIRE, Charles. *O desejo de pintar e outros poemas em prosa*. São Paulo: Noovha América, 2008.

BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Tópicos)

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Hemus, 1979.

DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... Tradução Alberto Pucheu e Caio Meira. *Terceira Margem*, ano IX, n° 11, 2004.

_____. ¿Que és un dispositivo? In: _____. *Michel Foucault, filósofo*. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

ESPINOSA, Baruch. Ética. Tradução e notas Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes e Antônio Simões. In: *Espinosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)

FIGUEIREDO, Eurídice. Roland Barthes: da morte do autor ao seu retorno. *Revista Criação e Crítica*, São Paulo, n. 12, p. 182-194, jun. 2014. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em 15 mar. 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *O que é um autor?* Portugal: Veja/Passagens, 2002.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Lúcia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALEANO, E. *Palavras andantes*. Tradução Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 1994.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios: uma seleção / Michel de Montaigne*. Organização M. A. Screech; Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MORUS, Thomas. *Utopia I*. Tradução Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004. (Clássicos IPRI)

NIETZSCHE, Friedrich W. *Assim falou Zaratustra*: um livro para todos e para ninguém. Tradução Mário da Silva. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PASOLINI, Pier Paolo. A ex-vida. In: BERARDINELLI, Alfonso; DIAS, Maurício Santana (Orgs.). *Poemas*: Pier Paolo Pasolini. Tradução e notas Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

PINTO, M.C. *Albert Camus – um elogio do ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

RIBEIRO, Djamila (Org.). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2017.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, v. 1 n. 2, p. 241-251. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós-Graduados de Psicologia Clínica, PUC/SP. São Paulo, set.-fev. 1993.